

UMA NOVA CRISE DE CONFIANÇA?

Murillo de Aragão

13 JUN 1999

Uma sucessão de más notícias está abalando seriamente a confiança dos investidores estrangeiros no Brasil. A perda de confiança externa pode causar um efeito semelhante nos investidores internos. Seria uma espécie de efeito Tostines perverso. Sem confiança dos mercados, o real entrará em crise. Tal fenômeno se deu entre a crise da Rússia e a desvalorização cambial em janeiro.

Agora, sinais inquietantes começam a predominar nas avaliações acerca do Brasil: lentidão nas decisões de natureza fiscal no Congresso; disputas inconstantes entre aliados; resistência de governadores importantes ao ajuste fiscal; ameaças judiciais à cobrança de contribuição previdenciária de servidores públicos ativos e inativos; falta de energia na privatização; e demora na retomada do debate da nova previdência.

Para agravar, existe a certeza de que a questão da previdência social do lado público não está resolvida e que a implementação das regras da Reforma Administrativa irá demorar mais do que o necessário. Espera-se, em determinado momento, que novas medidas fiscais sejam adotadas para compensar o atraso. Infelizmente, deverão ser medidas no campo da arrecadação. Sem a Reforma Tributária, logo o governo irá voltar-se para a criação de um novo imposto ou contribuição.

Outro aspecto está no absoluto abandono das discussões da reforma das leis trabalhistas e na inconsistência dos esforços governamentais em favor da Reforma Tributária. Enfim, parece que a capacidade do governo em produzir boas notícias, neste momento, limita-se ao desempenho de Arminio Fraga em lidar com as políticas cambial e

monetária e na capacidade de Pedro Parente em administrar o caixa.

Estruturalmente, o Brasil continua quase tão frágil quanto antes da crise cambial. Fundamentalmente, apenas a política cambial mudou para melhor e o empenho do governo em produzir "superávits" primários. Ora, são progressos importantes, no entanto insuficientes para nos assegurar a estabilidade desejada. A Reforma Tributária tramita sem foco e a regulamentação da Reforma Administrativa deve demorar muito para ser viabilizada.

Assim, sente-se o governo sem rumo e desarticulado e, o que é pior, à mercê de uma nova crise de confiança. Teme-se, ainda, que as brigas políticas reduzam, ainda mais, o ritmo das votações no Congresso. A oposição, pelo seu lado, fecha os olhos para a questão fiscal como se ela somente interessasse aos capitalistas e não ao futuro do país, optando pela defesa dos interesses corporativistas em detrimento de uma agenda de estabilidade para todo o país.

Portanto, apesar do bom desempenho no controle da inflação e na ausência de tensões no câmbio, a situação está longe de estar tranquilizada. O cenário pode se deteriorar rapidamente

se não voltarmos nossos esforços para uma agenda produtiva. Espera-se, urgentemente, que o governo reorganize suas forças, administre competentemente sua base política e reponha a questão do ajuste fiscal como prioridade das atenções da classe política e do Congresso.

■ Murillo de Aragão, advogado e cientista político, é presidente da Arko Advice — Análise Política (Brasília-Nova York) e vice-presidente executivo da Associação Nacional de Editores de Revistas

Estruturalmente, o Brasil continua quase tão frágil quanto antes da crise cambial. Apenas a política cambial mudou para melhor